

A ROMANIZAÇÃO DA IGREJA E A IMPLANTAÇÃO DA DIOCESE DE PONTA GROSSA (PR)

ROSÂNGELA WOSIACK ZULIANⁱ

RZULIAN@CONVOY.COM.BR

A Diocese de Ponta Grossa, implantada em 1926, teve seu provimento apenas em 1930, quando assumiu seu primeiro bispo, D. Antonio Mazzarotto. Homem de seu tempo, formado na esteira da romanização da Igreja, D. Antonio fundamentou seu projeto apostólico em estreita sintonia com as diretrizes da Santa Sé para a Igreja no Brasil.

Sacerdote jovem, culto, pregador famoso, de linguagem castiça e eloqüente, construiu, ao longo de seu bispado, uma imagem de autoridade, severidade e defesa das verdades da fé, expressas não apenas na pregação e nas visitas, mas também através de cartas pastoraisⁱⁱ, modalidade discursivo-religiosa, cujas origens remontam ao cristianismo nascente. Nelas registrou, como boa parte dos prelados de seu tempo, um programa para a Diocese da qual foi titular por 35 anos, espaço sagrado atravessado por múltiplos conflitos e diferentes visões de mundo, num esforço normatizador e unificador.

A presença e a atuação da Igreja Católica na sociedade brasileira remontam ao período colonial, quando pode ser visualizada como coadjuvante do processo histórico, sob a égide do Estado. Tal sistema vigorou ao longo da Colônia e do Império, tornando o catolicismo a religião oficial do país. Neste período, especialmente durante o reinado de Pedro II, um segmento da hierarquia eclesiástica destacou-se, aquele que se alinhava à chamada corrente ultramontana. Tal segmento primava pelo conservadorismo, pelo afastamento do clero das atividades partidárias, pela centralização e por uma defesa intransigente dos pontos de vista da Santa Sé.

Isso decorre do fato de que, a partir da segunda metade do século XIX, Roma criou mecanismos para adquirir um maior controle sobre as Igrejas nacionais. No Brasil, parte da hierarquia católica, tentando imprimir um novo rumo à Igreja, iniciou um processo de reforma tanto do clero como das práticas religiosas difundidas pelos seus próprios membros e seguidas pelos leigos, conhecido como romanização.

O ideário veiculado pela instituição católica no período fazia permanente referência ao conjunto de temas com sentidos vinculados aos princípios da doutrina tridentina, implantados no Brasil em meados do século XIX. O modelo Reforma Católica, inspirado no Concílio de Trento, visava substituir o modelo Igreja de Cristandade, vigente no período colonial. A ação dos bispos reformadores, comprometidos com a formação de um clero alinhado às novas diretrizes pode ser resumida nestas palavras: “reformatar o clero” e “reformatar o povo cristão”ⁱⁱⁱ.

Os resultados desse esforço foram, posteriormente, objeto de uma carta pastoral emblemática, a C.P. de D. Sebastião Leme^{iv}. Antes de assumir o arcebispado de Olinda, em 1916, lançou um olhar sobre a sociedade católica no Brasil e analisou as causas dos males que afetavam o catolicismo, apontando algumas possibilidades para remediá-lo. Seria apenas uma das tantas cartas escritas por bispos e arcebispos, não fosse a repercussão que teve em todo o Brasil. Esse documento pode ser considerado um marco no pensamento clerical e fez com que o prelado despontasse como o precursor de um novo discurso e uma nova mentalidade no interior da Igreja. As preocupações de D. Sebastião Leme, homem de Igreja voltado para as questões entre catolicismo e sociedade moderna, integraram o debate que se instaurou no Brasil, especialmente a partir do início da década de 1920.

A partir desse momento, a organização eclesiástica encontrou novas formas de recuperar boa parte do terreno político e institucional perdido. É significativa a fala de D. Fernando de Aquino Corrêa, arcebispo de Cuiabá, em 1939: *Sobreveio a República e se renovou a face da terra. Muitos males, por certo, ela trouxe à Igreja de Cristo em nossa pátria; mas trouxe juntamente um bem, que superou todos os males: foi a liberdade*^v.

Nas palavras de AZZI (1994, 09), o esforço de recriação de um Estado cristão concretizou-se a partir da década de 1920. Foi um claro projeto de restauração da influência do catolicismo dentro da sociedade brasileira e que contou com expressivo apoio do poder político. Este modelo eclesiológico, que foi chamado **Restauração Católica**^{vi}, atinge seu apogeu entre 1930-1945 e irá se alterar somente com o Concílio Vaticano II (1962-65).

Assim, os prelados vão abandonando a linguagem de denúncia, típica dos primórdios da República, para enfatizar as demonstrações de simpatia religiosa por parte do governo, insistindo num catolicismo mais vigoroso, e que se imiscuisse nas principais instituições e nos governos. Assiste-se assim aos novos esforços da hierarquia católica no sentido de recuperar a influência e direção sobre a cultura emergente da modernidade.

Além dessa aproximação com o poder constituído, a igreja procurou reforçar seus laços com a população através do diálogo. Ao fundamentar todo um trabalho de reafirmação da fé e dos princípios católicos, ela vai se redefinindo num processo identitário *que, para se expandir, necessita se enraizar em culturas particulares*^{vii}. Assim, empenhou-se em concretizar determinadas posturas que entendia indispensáveis à expansão de seus quadros e ideário: a influência sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo, posturas estas que tinham ressonância no imaginário da população.

Por outro lado, o Vaticano encorajou os esforços da Igreja do Brasil especialmente no papado de Pio XI^{viii} cuja visão da Igreja e da política aproximava-se 'a de D. Sebastião Leme. Sob Pio XI, os movimentos da Ação Católica tornaram-se peças-chave dentro da igreja. Este e outros movimentos e associações, institutos religiosos masculinos e femininos, a imprensa católica (jornais, periódicos, boletins), a intelectualidade católica congregada no Centro D. Vital, foram instrumentos para o fortalecimento da mentalidade da Restauração Católica.

Questões até então discutidas apenas pela hierarquia, ganham publicidade através desses intelectuais que fizeram suas as causas da Igreja. Um lento, inteligente e perseverante trabalho da hierarquia católica, em articulação com essa intelectualidade leiga, por ela solidamente preparada, e por meio de grupos intermediários de ação de massa, conseguiu realizar a proeza de fazer a sociedade brasileira, em seus vários segmentos e instâncias de poder, dobrar os joelhos diante da hóstia consagrada, na histórica procissão do Santíssimo Sacramento, no ano de 1922, pelas ruas do Rio de Janeiro.

Em suma, na década de vinte, as relações entre Igreja e Estado não voltaram a ser oficiais, mas sem dúvida assumiram um caráter oficioso.

Aos poucos a Igreja reconquistaria os direitos que julgava seus. Os homens de governo não mais tinham para com ela uma atitude hostil como os do início da República. (...) Uma ação coordenada e prudente por parte dos bispos, a participação de católicos convictos no governo e nos postos de administração pública e a presença de intelectuais como os que formavam o Centro D. Vital, todos esses fatores contribuíram para que governo e católicos, Igreja e Estado passassem a viver uma fase de cooperação e harmonia^{ix}.

Mas no Paraná, nos finais do século XIX, a Igreja Católica era uma instituição simplesmente paroquial, do tempo do Império, na verdade um conjunto de pequenas paróquias, conservando as velhas tradições populares, sem missionarismo, sem ação social e burocraticamente desorganizada. Na conjuntura da separação do Estado que, se de um lado a libertava, de outro a privava de uma infra-estrutura político-administrativa de apoio, esboçou, a partir da última década do século XIX, a conquista de seu território - o território do sagrado católico, romanizado. É desse momento o encontro de uma Igreja em expansão pela catolização do Paraná, através da organização da Diocese, da introdução de novas ordens e congregações, do estabelecimento do Seminário e de colégios confessionais, com um anti-clericalismo^x contrário à romanização e com um marcante viés nacionalista.

Segundo Sérgio MICELI^{xi}, entre 1890 e 1930 foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 prefeituras apostólicas, para as quais foram designados, no mesmo período, aproximadamente 100 bispos. A organização eclesiástica, com o advento da República, foi inteiramente estadualizada, pois a política de implantação das novas circunscrições respeitou as fronteiras territoriais dos estados. Ao formar em todos os estados brasileiros pelo menos uma diocese, a Igreja passou a dispor de um sistema interno de governo, com a concentração de recursos organizacionais compatíveis às novas realidades externas e internas a ela mesma: dignitários, seminários, pessoal eclesiástico, escolas.

Pela bula pontifícia *Ad Universas Orbi Ecclesias* de Leão XIII, entre outras dioceses brasileiras, foi criada a 27 de abril de 1892, a Diocese de Curitiba, desmembrando-a do Bispado de São Paulo e abrangendo os territórios do Paraná e Santa Catarina. O Paraná, no período, tinha 380 000 habitantes, 39 paróquias, das quais 11 sem provimento de

sacerdotes. Para esta população, apenas 47 sacerdotes, dos quais 15 eram italianos, 15 poloneses, 7 brasileiros, 5 franceses, 3 alemães e 2 portugueses. D. José de Camargo Barros (1894-1904), D. Duarte Leopoldo e Silva (1904-1907), D. João Francisco Braga (1908-1935), na seqüência, titulares da Diocese de Curitiba, vivenciaram as grandes dificuldades de um espaço “sagrado”, onde havia quase tudo por fazer.

Em correspondência ao Núncio Apostólico do Brasil, D. Henrique Gasparri, de 24 de março de 1924, D. João Francisco Braga, afirmava a necessidade da criação de novas dioceses no Paraná. Nesse contexto, situa-se a Diocese de Ponta Grossa, Paraná, criada em 10 de maio de 1926, através da Bula *Quum in Dies Numerus*, de Pio XI. Compreendia uma área de mais de 56 mil quilômetros quadrados, uma população superior a 200 mil habitantes, 38 sacerdotes e nenhum seminário. Era formada por doze paróquias distribuídas entre os municípios de Ponta Grossa, Castro, Cruz Machado, Guarapuava, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Palmas, Prudentópolis, Rio Claro, Tibagi e União da Vitória. Isto significa afirmar que à Diocese de Ponta Grossa cabia uma vasta região central e grande parte do sudoeste do Paraná.

Na mesma carta, D. João Francisco Braga traça o perfil desejado para o titular da nova diocese: *A circunscrição de Ponta Grossa parece requerer um titular que de certo modo se imponha e que, sendo legitimamente brasileiro, não estranha haver de tratar com as mais variadas nacionalidades: polonesa, ucraniana, italiana e alemã.* Tais atributos, ao que parece, não foram facilmente encontrados: a Diocese de Ponta Grossa teve que aguardar quatro anos até que fosse provida.

O primeiro bispo da Diocese, D. Antonio Mazzarotto (1890-1980), nascido em Santa Felicidade (Pr), era vigário cooperador da Catedral de Curitiba, jovem sacerdote, famoso pela erudição, pela intensa atividade intelectual e eloqüência da pregação e empenho na direção espiritual da juventude. Até o momento da sua escolha como bispo da Diocese de Ponta Grossa (1929), foi membro do Grêmio Literário São Luiz, colaborador da revista católica "Cruzada" e diretor da Congregação Mariana da Catedral. Foi sagrado em Roma, em 1930, e tomou posse na Diocese a 03 de maio do mesmo ano.

D. Antonio formou o patrimônio diocesano e convidou congregações religiosas para o atendimento de paróquias e colégios. Promoveu a criação de novas paróquias, incentivou as obras vicentinas e fundou o Seminário Diocesano São José para a formação do clero. A despeito da extensão territorial e das dificuldades de locomoção e transporte, D. Antonio, como a maioria dos bispos de sua época, assumiu como ponto de honra a divisão do seu apostolado entre os trabalhos na sede e a realização de penosas visitas pastorais que freqüentemente duravam meses, atingindo regiões longínquas da sede episcopal.

D. Antonio era, por excelência, com efeito, o bispo da Restauração, com um perfil adequado às grandes e novas responsabilidades, enquadrado nas normas litúrgicas determinadas pela Santa Sé, adotando a sofisticação de um estilo “romanizado”, a partir das vestimentas e insígnias e do rígido protocolo dos cerimoniais. Estas exteriorizações, que objetivavam marcar e impressionar a população, na verdade, reforçavam uma concepção de autoridade que não é nova, mas denotativa de um estilo de trabalho episcopal tanto nos encargos cotidianos como nos momentos fortes do exercício de suas altas funções^{xii}.

O costume de publicar as cartas pastorais também foi uma atitude generalizada do episcopado nacional, instrumento por excelência para a difusão de um programa e um projeto. D. Antonio assim fez, comunicando-se com seus diocesanos de forma determinada e pontual, todo dia 23 de fevereiro, aniversário da sagração episcopal até 1965 quando, ao atingir a idade canônica, apresentou seu pedido de renúncia à Santa Sé. Em suma, ao atender às diretrizes romanas e incorporar a postura de ser a voz abalizada na mediação entre os documentos oficiais e a população, correspondeu às demandas de ambos, pois exerceu o papel esperado.

Nas cartas pastorais de D. Antonio Mazzarotto estão presentes o projeto e os valores propostos pela instituição católica, pois tinham poder de normatização sobre os católicos ponta-grossenses, podendo ser vistas como instrumentos elaborados pela hierarquia para estruturar a comunidade. Dessa forma contribuíram para a incorporação de valores e princípios defendidos pela Igreja Católica: as cartas, lidas ou ouvidas, divulgavam a palavra do bispo diocesano, considerada sagrada.

O sentido de autoridade se encontrava implícito nas palavras do bispo, uma vez que esse líder religioso era *Apostolo por vontade de Deus, por ordem de Deus, não pelos homens, mas por Jesus Christo. A primeira credencial pois a reclamar d'aquella que vem nos annunciar a palavra divina é que elle comprove a legitimidade de sua missão, que mostre que foi enviado por Deus^{xiii}*”

No entanto, não se pode desconsiderar a comunidade em que nasceu e onde atuou: clérigos e leigos se configuram na teia dessas relações. Os primeiros, em especial, remetem à instituição católica, forma histórica a mais estável e complexa entre quantas organizou-se o cristianismo. Mesmo que ao longo do tempo tenham emergido tendências outras, entendeu-se a Igreja Católica dotada de certa e imutável “estrutura ministerial”. E nesta, o ministério do bispo sempre legitimou a nucleação das Igrejas particulares ou locais, ainda que vinculadas à instância centralizante – Roma - que relativiza a autonomia, não só pelo controle doutrinal e normativo, mas também por intervir em seu governo e disciplina. É através dele, o bispo, que hierarquizou-se a ordem fundamental e predominante, sacralizada com origem apostólica, associando-lhe presbíteros e diáconos. Por ele organizou-se “politicamente” a geografia diocesana, a “geografia do sagrado”, ou seja, o espaço do seu pastoreio e repartiu-se o serviço religioso em funções que se foram cristalizando na história.

Por outro lado, além dos limites visíveis e quantificáveis, a Igreja Católica é um sistema cultural comunitário de experiência religiosa que vem realizando todas as possibilidades de existência da religião na sociedade.

As cartas pastorais permitem a apreensão da cultura católica nos termos em que Thompson chamou de “mediações culturais”, na medida em que incorporam tradições, sistemas de valores, formas institucionais; integram e se condicionam por um universo simbólico, no qual esses setores de elite manifestam interesses, valores e estratégias, imagens com que o grupo veicula e gere sua identidade, sua face pública e seu rosto privado. Apoiamo-nos em duas perspectivas: o entendimento do conceito de cultura como uma trama de significados compartilháveis e, por isso, comunicáveis entre os membros de grupos maiores ou menores; a percepção de que o campo, as instituições e os próprios

indivíduos são permanentemente tensionados por lógicas diversas e as experimentam em sua vida, numa dinâmica de constantes rearticulações e redefinições.

ⁱ Professora assistente da Universidade Estadual de Ponta Grossa, doutoranda em História e Cultura pela Universidade Federal de Santa Catarina.

ⁱⁱ As cartas pastorais tinham o objetivo de orientar, exortar ou admoestar as comunidades de acordo com suas necessidades ou problemas. São metaforicamente qualificadas de *pastorais*: o pastoreio, principal atividade econômica da sociedade hebraica, foi apropriado pelo discurso religioso cristão para se fazer entender, refletindo-se na concepção hierárquica da Igreja, onde seus funcionários são *pastores* do rebanho cristão, os fiéis.

ⁱⁱⁱ Acrescente-se a isso os desafios que a redefinição da ordem política trazia à hierarquia eclesiástica e à sociedade nacional. A separação entre o Estado e a Igreja, em 1890, despojou-a de alguns privilégios que desfrutara desde o início da colonização, perdendo algo que lhe era essencial, isto é, o monopólio de religião do Estado (Romano, R. Brasil: **Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979, p. 82).

^{iv} D. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942) foi o terceiro arcebispo do Rio de Janeiro e o segundo cardeal brasileiro. Desde 1916, ao tomar posse da Arquidiocese de Olinda, elaborou as bases do movimento reformador, mediante famosa carta pastoral sobre a ignorância religiosa, de grande repercussão nos meios católicos. Foi transferido de Olinda para o Rio de Janeiro como bispo auxiliar do Cardeal Arcoverde, com direito à sucessão. A atividade pastoral de D. Leme fundamentou-se em princípios tidos por ele como eternos: que todos os católicos passem a querer, pensar e obedecer, em sintonia com seu arcebispo. Bastante significativa é a divisa do seu brasão episcopal: *Cor unum et anima una* (Cf. Dias, R. **Imagens de ordem**. São Paulo: Unesp, 1996, p. 52).

^v Romano, R. op. cit., p. 148.

^{vi} A Restauração Católica constituiu um programa de ação elaborado e conduzido pela hierarquia eclesiástica, impregnada pela idéia de restaurar cristãmente a sociedade brasileira. Desse modo, a Igreja passa, de uma posição defensiva, típica do século XIX, para uma nova atitude de conquista espiritual do mundo. E essa é a novidade: não se trata de introduzir novas perspectivas ou novas orientações na vida da Igreja, mas reforçar o modelo antigo, isto é, a autocompreensão de poder espiritual que, no exercício de sua missão, colabora com o Estado na manutenção da ordem social. O pessimismo do século XIX, quando ela se via cercada e atacada por hereges e maus cristãos, cedeu lugar a um espírito de otimismo, coragem e cruzada: a meta da Igreja era retomar o domínio na sociedade. A influência política passou a ser vista como instrumento oportuno para a transmissão da fé. Para tal, se fez necessário o surgimento de um clima propício para entendimentos entre interesses políticos e religiosos por parte das lideranças do Estado e da Igreja.

^{vii} Silva, Edson A. **Identidades franciscanas no Brasil**: a Província da Imaculada Conceição- entre a Restauração e o Vaticano II. V.1 e 2. (Tese Doutorado). Rio de Janeiro: UFF, 2000, p. 37.

^{viii} “O longo papado de Pio XI (1922-1939) se inscreve num período de profunda transformação da igreja Católica: o papado decidiu-se a ser um governo efectivo dos crentes católicos do mundo, o que se havia de traduzir em diversas medidas que se escalonariam desde o fortalecimento da Cúria Romana – a burocracia do Vaticano – até a condenação de movimentos ou partidos [...] que lhe pareciam contrários aos seus fins últimos, sem esquecer um controle mais apertado das próprias ordens religiosas e as nomeações dos bispos, que passaram a ser feitas sob directa vigilância da santa Sé (Medina, J. **O papa entre Antígona e Creonte**: Pio XI e a condenação do Nazismo. In: Clio- Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 13-14)”.

^{ix} Marchi, E. Uma Igreja no Estado Livre. In: História: Questões e Debates. Curitiba, PR: Editora da UFPR, ano 10, n. 18 e 19, junho e dezembro de 1989, p.232.

^x O anti-clericalismo não configurou uma ideologia complexa. É muito clara e gira em torno de temas simples, ainda que de temperaturas altas, como a intolerância, a hipocrisia, o poder dos papas, o jesuitismo, o ensino religioso. Concentra-se, sobretudo, no combate à expansão do poder papal, quer religioso como, principalmente, temporal. Os anti-clericalistas são adversários ferrenhos das chamadas doutrinas ultramontanas de subordinação do poder temporal à autoridade eclesiástica. A França, na segunda metade do século XIX, foi o centro da reação ultramontana. Esse anti-clericalismo franco-belga é o que chegou ao Paraná, via literatura e via testemunhas, como João Itiberê da Cunha, que estudara na Bélgica, retornando ao Paraná em 1893. A Igreja se reorganizou no próprio fragor da luta: advertindo padres envolvidos na política, organizando um sistema educacional dirigido por congregações estrangeiras, criando uma imprensa católica, pedindo o apoio do Estado na criação de novas Dioceses no território paranaense (Cf. Balhana, C.A **Idéias em confronto**. Curitiba: Grafipar, 1981, p. 10 e 12; **Dicionário Histórico –biográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Editora Livraria do Chaim, 1991, p. 75-76).

^{xi} Miceli, S.. **A elite eclesiástica brasileira**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988, p. 59-79.

^{xii} Miceli, op. cit., p. 136.

^{xiii} Barros, D. José de Camargo Barros. **Saudando aos seus diocesanos no dia de sua sagração**. Roma, 1894.